

GOVERNO ELETRÔNICO: um breve passeio

Luiz Carlos dos Santos

Nota-se que com os recursos da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), incluindo-se a internet, os governos, em todas as esferas, vêm passando por transformações relevantes. Incluem-se, nessa esteira, os poderes legislativo e judiciário. Mas afinal o que significa “Governo Eletrônico”? De acordo com Doris (2000), o Governo Eletrônico utiliza as tecnologias da informação e das telecomunicações, integrando-se em rede, visando prover serviços e informações para a sociedade, a qualquer hora e em qualquer lugar, bem como receber retroalimentação, num canal de mão dupla, fortalecendo, desse modo, a democratização das oportunidades.

Inferre-se do conceito supra que, conectado em rede, o governo pode superar barreiras de tempo e distância, utilizando sistemas eletrônicos para oferecer ao público produtos/serviços de melhor qualidade, eficazes em termos de custo, com maior rapidez e conveniência.

Segundo Tapscott (1997), a noção de “Governo Eletrônico” vem se espalhando velozmente por todo o setor público, tanto nos países desenvolvidos quanto nos emergentes. Aquele autor liga a nova tecnologia a sistemas internos antigos e estes, por sua vez, ligam as infra-estruturas de informação do governo a tudo o que seja digital e a todos: contribuintes, fornecedores, clientes comerciais, eleitores e todas as outras instituições da sociedade (escolas, laboratórios, comunicação de massa, hospitais), estendendo a outros níveis de governo e a diversas nações em todo o mundo.

Bittencourt Filho (2004) assevera que os esforços para transformar a administração pública, utilizando a tecnologia da informação, tiveram início nos Estados Unidos, em 1993, quando o presidente Clinton lançou o programa que, atuando internamente na organização da administração, foi denominado “Usando a Tecnologia da Informação para Reinventar o Governo”. Ainda conforme o citado autor, em 1997, o Governo Americano lançou outro programa intitulado “Access América”, com a intenção de tornar o processo administrativo estatal mais eficiente, aberto, ágil e fácil de acesso.

Percebe-se que as redes virtuais proporcionam acesso para que os cidadãos busquem os serviços do próprio governo. Nessa linha, constata-se que a maneira mais comum de apresentação das informações governamentais tem sido meio de portais.

Muitos países vêm utilizando este expediente, a exemplo da Holanda, que criou um ponto central de acesso com um mecanismo de busca para localizar as informações do governo.

No entender de Bittencourt Filho (2004), apesar de o setor público, desde a década de 70 do século passado, utilizar a tecnologia da informação para subsidiar a gestão dos seus processos, entretanto, a aplicação da TI voltava-se precipuamente para a melhoria dos controles na consecução de processos internos; igualmente como acontecia no setor privado, havendo, pois, pouquíssima interação com a comunidade, clientela primordial de ambos os setores.

Na contemporaneidade, no entanto, a situação mudou - o setor público está encarando a Sociedade da Informação como uma oportunidade para promover reformas sociais, culturais e econômicas, porque as redes de informação permitem racionalizar as atividades do setor público e operar os serviços de forma mais eficiente, eficaz e efetiva.

Nessa perspectiva, cita-se, por exemplo, o Estado da Bahia, que vem tendo avanços relevantes em várias áreas - Comprasnet, reengenharia do processo de arrecadação de tributos na Secretaria da Fazenda, dentre outros programas. Em São Paulo, o Cadastro de Serviços Terceirizados (CST), um dos sistemas que foram desenvolvidos e implantados, a partir de 1995 é exemplo de um modelo de gestão da ação estatal, cujo ponto de partida foi a criação de uma unidade de coordenação para o processo de transformação, o que resultou num Sistema Estratégico de Informações.

Verifica-se, pelo exposto, que os governos estão cada vez mais investindo na TIC, especialmente em aplicações para a Internet, cuja inovação principal de tal paradigma, torna mais próximas as relações entre o poder público e a sociedade.